

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

**Agravo Regimental no Agravo de 1ª Vara Cível da Comarca de Petrolina
Instrumento nº: 0331052-3**

Agravante: Constantini Construções Ltda.

Agravado: Rota Premium Imbiribeira e Outro

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. ASTREINTES. DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR. MANUTENÇÃO. ATENDIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Astreintes arbitradas conforme os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sendo suficiente a sua finalidade de compelir o devedor a cumprir a obrigação na forma específica determinada.

2. Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0331052-3, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** ao Agravo Regimental, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 01/07/2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

**Agravo Regimental no Agravo de 1ª Vara Cível da Comarca de Petrolina
Instrumento nº: 0331052-3**

Agravante: Constantini Construções Ltda.

Agravada: Rota Premium Imbiribeira e Outro

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO/VOTO

Cuida-se de Agravo Regimental interposto contra Decisão Interlocutória (fls. 149/151), da minha lavra, que, nos autos do Agravo de Instrumento de mesmo número, concedeu o efeito suspensivo, bem como o ativo, no sentido de determinar que a ora agravada, no prazo de 30 (trinta) dias, providencie a entrega do bem, devidamente reparado, sob pena de multa diária no montante de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitado ao valor do veículo.

Arguiu a agravante (fls. 157/163), resumidamente, que o valor da multa diária fixada deve ser majorado a fim de dar maior efetividade a decisão judicial, tendo em vista o valor do veículo.

Ao final, requereu a retratação do julgador ou que o feito seja levado à mesa para o devido conhecimento da Câmara e seu consequente provimento, no sentido de majorar o valor da multa diária fixada.

Por não vislumbrar a possibilidade do exercício de retratação, trago à consideração deste colegiado.

É o que tinha a relatar.

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

O cerne da questão consiste na verificação da proporcionalidade e razoabilidade da multa imposta a título de *astreintes* em decisão que concedeu efeito suspensivo ativo ao recurso.

A decisão atacada fora lançada nos seguintes termos (fls. 149/151):

“DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/OFÍCIO 56/2014

CONSTANTINI CONSTRUÇÕES LTDA, interpôs o presente AGRAVO DE INSTRUMENTO de fls. 02-11, acompanhada dos documentos de fls. 12/142, em face da decisão proferida pelo r. Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Petrolina, que indeferiu a tutela antecipada pretendida, no sentido de determinar imediata realização dos serviços orçados pela Concessionária Rota Premium no veículo de sua propriedade, Range Rover Evoque, ano 2011/2012, ainda em garantia de fábrica.

Alega a agravante, conforme cópia dos autos de primeiro grau (fls. 80TJ), a Agravante deu entrada no dia 08/10/2013 e até o presente momento não recebeu o veículo, por falta da totalidade das peças no estoque da Agravada, tendo que despender com aluguel de veículo para sua locomoção. Requereu a atribuição dos efeitos suspensivo e ativo, para que seja determinada a realização e entrega do veículo, e ainda, o pronunciamento judicial sobre a existência de afronta aos ditames constitucionais e infraconstitucionais.

Era de importante o que tinha a relatar. Decido.

Observe no caso que a Agravante está há mais de 06(seis) meses com o seu veículo parado na oficina da Agravada, sem sequer uma notícia de fornecimento de um veículo reserva similar.

Na qualidade de consumidora final do produto, uma vez que não se trata de insumo a sua atividade, deve ser resguardada pelos ditames do Código de Defesa do Consumidor, que expressamente coíbe práticas lesivas ao consumidor, bem como a obrigação de repará-los, sob pena de abatimento ou substituição a exemplo do artigo 18 do CDC.

Os posicionamentos dos nossos tribunais não destoam:

É dever do fornecedor providenciar os reparos no automóvel novo que apresenta defeito, devendo realizar sua substituição na hipótese de não conseguir providenciar a solução. Inteligência do art. 18 do Código de Defesa do Consumidor. Fornecedor que se nega a reparar defeito constatado ainda durante o prazo da garantia provoca constrangimentos no consumidor que vão além do mero aborrecimento, resultando em danos morais indenizáveis. (TJMS; APL 0056588-68.2010.8.12.0001; Campo Grande; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Vladimir Abreu da Silva; DJMS 19/12/2012)

58125291 - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. RESPONSABILIDADE CIVIL SOLIDÁRIA DO FABRICANTE E DA CONCESSIONÁRIA. ART. 18 DO CDC. RECUSA NA SUBSTITUIÇÃO DO MOTOR OU DA PEÇA QUE ORIGINOU O DEFEITO. DANO MORAL CONFIGURADO. PRESENTE O DEVER DE REPARAR. In casu, o autor adquiriu motocicleta junto às demandadas que logo no segundo mês de uso apresentou defeitos que invalidaram seu uso e diminuíram consideravelmente seu valor de mercado. Registre-se que até o presente momento o autor está impossibilitado de usufruir do bem, que várias vezes desmontado, continuou a apresentar os problemas inicialmente apontados; O fabricante e quem comercializa veículos como concessionária respondem pelos seus vícios, podendo o consumidor demandar aqueles que ajudaram a colocá-lo no mercado, por estarem pelo CDC responsabilizados pela garantia de qualidade e adequação do produto;. Impõe-se a responsabilidade indenizatória por danos morais decorrentes da frustração e constrangimento provocados ao consumidor que adquiriu veículo novo com vício de fabricação, devendo a indenização ser fixada segundo o equitativo juízo discricionário do magistrado;. Art. 333, ii, do CPC: é princípio basilar de direito processual que ao réu cabe a comprovação do fato desconstitutivo do direito alegado. Assim, nestes termos, cabia as demandadas fazer prova efetiva de suas alegações, ônus do qual não conseguiram se desincumbir. (TJPE; APL 0112204-24.2009.8.17.0001; Quarta Câmara Cível; Rel. Des. Eurico de Barros Correia Filho; Julg. 20/03/2012; DJEPE 12/06/2012; Pág. 1027)

É inimaginável o desconforto de alguém que tem o seu veículo à espera de peças por mais de seis meses, assim como é ilegal a conduta narrada, em plena afronta ao artigo 18 do CDC, tendo a Agravante que alugar outro veículo, quando poderia ter-lhe sido oferecido um similar, enquanto durasse a espera pelo seu concerto.

Por estas considerações, entendendo haver sido preenchidos os requisitos necessários à concessão dos efeitos da antecipação da tutela, DEFIRIDA, o efeito suspensivo, bem como o ativo, no sentido de determinar à Agravada, que, no prazo de 30(trinta) dias, providencie a entrega do bem, devidamente reparado, sob pena de multa diária de R\$ 500,00(quinientos reais), limitado ao valor do veículo.

Oficie-se o Juízo de primeiro grau, bem como providencie a secretaria judiciária a intimação da agravada, dos termos constantes na presente decisão, bem como para contrarrazoar o presente recurso, no prazo de 10 dias, após a intimação.

Em nome da celeridade processual, a cópia da presente decisão servirá como ofício.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Recife, 28 de abril de 2014.

Stênio Neiva Coêlho

Desembargador relator".

Analisando a argumentação apresentada pela agravante, persisto no entendimento de que não restou demonstrado nos autos motivos capazes de modificar a decisão açoitada.

Nesse toar, conforme claramente se percebe, a decisão hostilizada encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantida por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão vergastada.

Ante o exposto, com fundamento na legislação e jurisprudências aplicáveis ao caso concreto, voto no sentido de manter incólume a decisão hostilizada, nos termos da fundamentação supra.

É como voto.

Recife, 01/07/2014

Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator